

Resenhas

anarquismo e crítica pós-moderna | nildo avelino*

Salvo Vaccaro. *Anarchismo e modernità*. Pisa, BFS, 2004, 133 pp.

Salvo Vaccaro, professor de Filosofia Política e Ciências Políticas na Universidade de Palermo, Itália, conhecido no Brasil pelo seu artigo “Foucault e o anarquismo” que integra o *Dossiê Foucault* organizado por Edson Passetti (*Margem*, n. 5, 1996, pp.157-170), publicou recentemente um outro ensaio no qual propõe confirmar o nexo existente entre anarquismo e modernidade por “um percurso de confronto com âmbitos conceituais, categorias de pensamento, constelações intelectuais que por convenção e comodidade são atribuídos a autores pós-modernos” (p. 7). Para isso o autor re-visitou algumas das posições críticas do anarquismo buscando traçar continuidades, afinidades e prolongamentos, mas sempre num campo de tensão e independente tanto do corpo teórico da ideologia política propriamente dita, quanto das matrizes de pensamento ligadas aos nomes mencionados em seu ensaio. O autor estabeleceu, com isso,

* Mestre em Ciências Sociais, doutorando pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, pesquisador no Nu-Sol e integrante do Centro de Cultura Social, bolsista Capes.

alguns *pontos-limites* nos quais realiza uma reflexão pontual onde ele faz confrontar anarquismo, modernidade e crítica pós-moderna.

Segundo Vaccaro, o pensamento anarquista ao buscar a abolição do poder afirma uma procura interminável, e sempre em sentido móvel, de “vida que retraça livremente ligações sociais expressas experimentalmente, renováveis ou revogáveis à vontade, constitutivamente fluídas, não cristalizadas em corpos institucionais e que, em última análise, caracteriza a relação singularidade/comunidade” (p. 8).

É desta forma, diz Vaccaro, que a distância que separa a concepção anárquica do poder, decisivamente negativa porque afirmativa da liberdade como prática prioritária, daquela de Foucault, por exemplo, é menor do que se apresenta à primeira vista. Foucault vai distinguir o “poder que circula nas relações sociais da sua condensação em aparatos de domínios que interrompem sua fluidez, bloqueando a contínua chance de reversibilidade” (p. 9).

A saída da menoridade na qual a humanidade se encontra em situação de escravidão tornou-se, de um certo modo, o ponto alto da reflexão de Kant, uma vez que ela implica a clássica idéia kantiana de liberdade, grávida de pressupostos essencialistas, universalistas e opressivos, como obediência aos imperativos morais. Segundo Vaccaro, o anarquismo também é portador desta marca emancipadora da filosofia das Luzes e de uma certa confiança na bondade e na virtude dos homens que lhe é inerente, fazendo reviver o encanto naturalista.

De modo contrário se colocam as teses pós-modernas. Elas “rejeitam tanto a pretensa carga inata de bondade dos indivíduos, como se a ética pudesse ser abstra-

ida das condições históricas nas quais homens e mulheres vivem, quanto o elemento qualitativo do sujeito que resplandece despertado pela transformação da existência, quando é justamente pelo nascimento do sujeito — ao mesmo tempo “soberano submisso, espectador vigiado” (Foucault) — que na era moderna se articulou uma imensa estratégia de dominação através dos corpos e das mentes, dispostos não somente ao acaso, mas também com implicações cruciais aos exercícios de poder. Sem sujeito não existiria uma prática de assujeitamento (mas de mera e brutal servidão), e a soberania não se reconfiguraria em novas relações autoritárias que colocaram a subjetividade como sua representação histórica” (p. 10). O sujeito, portanto, não é “isento de responsabilidade no exercício das relações de poder que o constitui que o investe de papéis solidamente fundamentados, que o condiciona até mesmo na sua tensão liberalizante”. A partir dessa analítica o anarquismo não apenas deveria “livrar-se do mito da Subjetividade (operária, por exemplo), como deverá individualizar uma intensidade libertária que não cristalice os fluxos parciais de liberações em estados molares e gregários” (idem).

Se anarquismo e crítica pós-moderna separam-se no que concerne ao Sujeito, aproximam-se na crítica a dialética. No pensamento dialético o novo não pode mais que emergir do velho; contra isso anarquismo e pós-estruturalismo opõem o arbitrário e o excedente, a regra e o acaso, sublinhando “a margem de manobra da vontade rebelde” e a “aposta no ato subversivo de liberação” (p. 12). Mas, aquilo que mais aproximará o pensamento anárquico do pós-estruturalismo, sobretudo de matriz nietzschiana, é o fato dele ser um pensamento “programaticamente instável, que não busca repouso, mas devir incessante” (Idem).

Por meio dessas *ligações perigosas* o autor procurou desfazer o nó entre anarquismo e pós-estruturalismo, sem incorrer na “representação fiel de dois gêmeos siameses”, mas fazendo pontuar confluências que provocam efeitos “de deslocamento que muda-lhe a configuração acrescentando uma potência dissonante” (p. 14).

Segundo Vaccaro, a estreita relação que se estabelece entre anarquismo e modernidade não ocorre apenas por paralelismo histórico ou por genealogia do modelo teórico, mas sobretudo porque as vicissitudes de ambos pensamentos estão indissolúvelmente intrincadas. O anarquismo ganhou visibilidade pública “quando se conjugou uma série de processos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos, culturais, demográficos, cuja condensação toma o nome de modernidade”. Isso permite que o seu fundo teórico esteja intimamente ligado “às principais conotações que o identificam ao moderno, ainda que com diferentes ênfases” (p. 15). Contudo, no âmbito da modernidade, “o anarquismo é uma variante menor, situado nos limites do estranhamento, o parente repudiado porque pobre (ou incômodo), quase um elemento espúrio” (idem). É o que ocorre com a noção de crítica tipicamente normativa relegada pela modernidade, enquanto o pensamento anárquico lança mão de uma faculdade crítica não normativa, re-elaborando “retoricamente as categorias do iluminismo moderno excedendo-o” (p. 17).

Se modernidade e Iluminismo se confundem, os conceitos de fundo do anarquismo são apenas compreensíveis no âmbito da modernidade com a condição de imprimir nela fortes acentuações específicas. A acentuação que o anarquismo deu à emergência do conceito de indivíduo, por exemplo, o confirma. Vaccaro aponta o anarquismo como constituindo a única força “que pensou uma formação do indivíduo não constituída por prá-

ticas de poder, não apenas em relação ao mundo exterior — as coações na socialização da ordem constituída — mas também e muito mais em relação ao próprio eu” (p. 25).

Dois movimentos caracterizam o moderno: de um lado, a ocidentalização homogeneizante e despersonalizadora; e de outro, “a força da continência que incita cada um a recortar um espaço de unicidade inefetual, estetizante” (p. 28). Neste jogo de forças, o desafio anárquico seria o de transformar essa tensão em laços sociais abertos aos diversos estilos de vida.

Vaccaro aponta na crítica radical ao Direito uma forte característica do pensamento anárquico. Mas ao arruiná-lo, o anarquismo abstrai dos processos jurídicos a “dimensão institucional que hoje fornece um vínculo normativo sempre mais difuso e capilar”, esquecendo que a normatização dos comportamentos não visa apenas dirimir conflitos, mas, sobretudo, introduzir os valores da norma em “cada espaço físico e mental da existência, induzindo a uma interiorização, no limite, fisiológica, da norma” (p. 43).

Vaccaro faz notar que as pesquisas genealógicas de Foucault demonstram que a ideologia do *laissez-faire* apenas “surge quando a sociedade é colocada forçosamente em condições de se “auto-governar”, tendo assimilado e reproduzido as instâncias de controle e domínio impressas pelas estratégias de poder”, culminando nos “corpos estatutariamente apropriados” (p. 75).

A fragmentação dos sujeitos provocada pelo moderno causou uma sensação de angústia que fez surgir todo um filão no qual se poderia alocar desde o romantismo político ao utopismo científico e não-científico. Foi o que Vaccaro chamou de *reconciliação*, um “potente motor que liga ideologias diversas” e “que ainda hoje caracteriza

todo imaginário ligado às hipóteses de emancipação” (p. 94). Foucault tinha mencionado a insistência dessas velhas funções tradicionais da profecia na cultura ocidental, reativadas pelo ardor de conjurar o presente e aclamar um futuro para cujo apressamento se pensa contribuir. Ou o passado nostálgico da comunidade ou o futuro da revolução, em todo caso é preciso “reconciliarmos-nos com este outro nós-mesmos. É uma imagem tipicamente teológica: ela separa o indivíduo em uma parte física, aquilo que somos, e uma parte metafísica, que existe, mas que devemos alcançar” (p. 96).

Nessa busca entram em funcionamento as identidades. Elas designam o nosso si reconhecendo-o “apenas quando colocado no compartimento justo”; Vaccaro atribui às identidades uma função operativa que nos poupa da “fatigosa liberdade e da pesada responsabilidade [...] que constitui o fato de que cada um é potencialmente livre de orientar a existência” (p. 101).

Sublinhando o duplo significado da palavra *arché*, que em grego significa tanto origem e princípio, quanto comando e autoridade, Vaccaro pensa a *anarché* como livre disseminação da existência, como origem subtraída a toda lógica de origem, como surgir singular. Implica pensar liberdade sem limite, sem verdades consolidadas, sem legitimação, sem valores superiores a vida, sem *origem*. O início é *vazio*. O *estilo livre* seria capaz de resistir às alturas vertiginosas e ao *horror vacui*, é bússola necessária para não deixar o “viandante” perder-se na imensidão do deserto ou do mar aberto, mundos de liberdade e criatividade nos quais se pode imaginar “uma sociedade libertária em devir-anárquico, que estenderá sempre mais, sem saturar-se, as chances de liberdade que gerações de homens e mulheres saberão historicamente inventar e criar” (p. 123).

Anarquia in-finita. Vaccaro conclui contra a idéia de sociedade anárquica, sempre global, exaustiva, completa, perfeita. Segundo ele não é possível falar de sociedade anárquica sem pretensão de totalidade auto-referente, fechada em si mesma. Vínculos sociais livres implicam também ruptura “*social*, isto é, de uma *única* sociedade, na qual o elemento de pluralidade e indeterminação infinita seria contido e possível *apenas* no interior de um contexto unitário que legitima *alguns* vínculos sociais e não outros” (p. 127). Daí a necessidade de pensar o anarquismo como reserva de tensão coletiva e individual, como tensão fundamentalmente *ética*.

Devir, diz Vaccaro, implica também e, sobretudo, transformação social, e *devir* é precisamente hoje o desafio destrutivo-constructivo ao mesmo tempo; não tanto um “levante das massas”, mas um *devir-revolucionário* que seja índice de “práticas estilizadas de vínculos sociais que dissolvam o terreno sobre o qual se funda a estatismo para dinamizar a pluralidade, a revogabilidade, a estreiteza dos laços sociais, subtraindo-se as formas do controle social que nos imobilizam no conformismo consumista” (p. 135).